



Anais da Assembléia

Nº 84

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**
PDT Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
PT Deputado **ERNANI PUDELL**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antônio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Mala de Oliveira - **Suplentes:** Namilr A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 08:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Fortisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 009/92

DATA: 27 de abril de 1992.

SOMULA: Autoriza a realização do plebiscito, na área que especifica, para a criação do município de Ariranha, desmembrado do Município de Ivaiporã.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante especificada, para que a população decida sobre a criação do município de Ariranha, desmembrado do município de Ivaiporã:

"Tem seu início no rio Ivaí na divisa dos municípios de Cândido de Abreu com Manoel Ribas, seguindo a divisa do mesmo com três rumos definidos até encontrar o rio Azul, descendo por este até encontrar a estrada que liga Ariranha a Ivaiporã, passando pelo bairro da Barraquinha e Alecrim, aí seguindo pela estrada do Formoso com a estrada para Santa Bárbara, seguindo por esta até o ponto mais próximo da nascente do rio Formoso, deste ponto em linha reta até a nascente do rio Formoso e, por este abaixo, até a sua foz do rio Ivaí, por este acima até a divisa com os municípios de Cândido de Abreu e Manoel Ribas, ponto inicial e final desta descrição.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO

Cruzamento da rua Faxinal com a rua Guarapuava - rua Guarapuava até a divisa dos lotes nºs 22 (exclusive) e 23 (inclusive) divisa do lote 23 (inclusive) contornando o terreno de cemitério até a rua Belo Horizonte - rua Belo Horizonte até a rua Jacutinga - rua Jacutinga até o contraforte que liga as ruas Belo Horizonte e Faxinal - Contraforte que liga as ruas Belo Horizonte e Faxinal até a rua Faxinal - rua Faxinal até a rua Guarapuava.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 27.04.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 010/92

DATA: 28 de abril de 1992

SOMULA: Autoriza a realização do plebiscito, na área que especifica, para a criação do município de Teresa Cristina, desmembrado do Município de Cândido de Abreu.

A Assembleia Legislativa do Estado do

Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do município de Teresa Cristina, desmembrado do município de Cândido de Abreu, conforme os limites e confrontações.

COM O MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

Começa no rio Ivaí, na foz do rio da Barra do Doutor, sobe por este até a foz do arroio Gamelão, daí por este até a sua nascente;

COM O MUNICÍPIO DE RESERVA

Começa na nascente do arroio Gamelão, deste ponto, segue por uma linha seca, sentido norte-sul, divisa com o município de Reserva, até a confluência dos rios Ivaizinho e Barra Grande, deste ponto, sobe pelo rio Barra Grande até a sua nascente, ponto próximo à localidade denominada de Imbuia, na Estrada BR-487 e Serra da Imbuia, segue em linha seca pela referida serra sentido leste, até a divisa da colônia Ivaí, limite com o Município de Ivaí;

COM O MUNICÍPIO DE IVAÍ

Começa na Serra da Imbuia, na divisa da colônia Ivaí, segue por este sentido norte-sul até o Rio dos Índios, e por este abaixo até sua foz no rio Ivaí, divisa dos municípios de Ivaí e Prudentópolis;

COM O MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS

Começa na foz do Rio dos Índios, no rio Ivaí, desce por este até encontrar a foz do rio Barra do Doutor, ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.04.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 012/92

DATA: 28 de abril de 1992

SOMULA: Autoriza a realização de plebiscito no Distrito Administrativo e Judiciário de Ourilândia, para que a sua população se pronuncie a respeito da criação do citado município a ser desmembrado do Município de Barbosa Ferraz.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento In-

terno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito Administrativo e Judiciário de Ourilândia, para que a sua população se pronuncie a respeito da criação do citado município a ser desmembrado do Município de Barbosa Ferraz.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.04.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 013/92

DATA: 04 de junho de 1992

SOMULA: Fixa prazo para ex-Deputados, beneficiados pelas Leis nº 6.639, de 05.12.74, modificada pela Lei nº 7.771, de 13.12.83 e Lei nº 9.498, de 28.12.90, requererem a devolução das contribuições recolhidas ao FEPPA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73, da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica, num prazo de 90 (noventa) dias, facultado aos ex-Deputados estaduais, com no mínimo 08 (oito) anos de contribuição, beneficiados pelas Leis nº 6.639, de 05.12.74, modificada pela Lei 7.771 de 13.12.83, e Lei 9.498 de 28.12.90, requererem a devolução das contribuições recolhidas ao Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar.

§ 1º - O valor a ser devolvido será o resultado da atualização, pela correção monetária, das contribuições efetivamente recolhidas, deduzidos daí os pagamentos brutos recebidos pelo requerente, também atualizados pela correção monetária.

§ 2º - O ressarcimento será efetuado por conta da dotação do FEPPA transferida à Assembléia Legislativa.

Art. 2º - a Assembléia fica, automaticamente, isenta de qualquer vínculo remuneratório junto aos Senhores ex-Deputados Estaduais, que optarem pelo ressarcimento na forma prevista nesta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em

04 de junho de 1992.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI Nº 9993

DATA: 04 de junho de 1992.

SOMULA: Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 9370, de 13 de setembro de 1990 (Município de Mercedes).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1º - Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 9370, de 13 de setembro de 1990.

"Art. 1º - Fica criado o município de Mercedes, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes divisas:

Inicia no Lago Itaipu (rio Paraná) confrontando a República do Paraguai até a embocadura do Lago Itaipu (rio Guaçu); da embocadura do Lago Itaipu (rio Guaçu) até o término do Lago Itaipu (lago Guaçu) confrontando com o Município de Guaíra e Terra Roxa; do término do Lago Itaipu (rio Guaçu) ao ponto de embocadura do lageado Guavirá à montante do rio Guaçu, confrontando com o Município de Terra Roxa e Nova Santa Rosa; do ponto de embocadura do lageado Guavirá no rio Guaçu ao ponto de embocadura do lageado Mercedes à montante do lageado Guavirá, confrontando com o distrito de Novo Três Passos; do ponto de embocadura do lageado Mercedes no lageado Guavirá ao ponto de divisa entre os lotes rurais: lote 25 do 28º perímetro e o lote 24 do 28º perímetro (distrito de Novo Horizonte) à montante do lageado Mercedes confrontando com o distrito de Novo Três Passos; segue por linha seca entre os lotes rurais: 25 e 49 do 28º perímetro e os lotes 24, 23, 22, 21, 19, 18, 17 e 16 do 18º perímetro (distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: 15 do 28º perímetro e o lote 16 do 28º perímetro (distrito de Novo Horizonte) até a sanga São Luiz; segue à montante da sanga São Luiz à nascente da mesma (lote rural nº 13 do 28º perímetro) confrontando com o distrito de Novo Horizonte; da nascente da sanga São Luiz, segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 13 do perímetro e o lote 113 do 18º perímetro (distrito de Novo Horizonte); por linha seca entre os lotes rurais: lote 12 do 28º perímetro e o lote 113 do 18º perímetro (distrito de Novo Horizonte); até o ponto que corta o lageado 17 de setembro; deste ponto adiante até o ponto da embocadura da sanga Martin, confrontando com o distrito de Novo Horizonte; do ponto que a sanga Martin emborça no lageado 17 de Setembro, segue à montante pela sanga Martin até encontrar a linha divisória dos lotes rurais: lote 140 do 18º perímetro e o lote 135 do 18º perímetro (distrito de Novo Horizonte), segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 140, 139, 138 do 18º perímetro e o lote 135 do 18º perímetro (distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais 138 e 168 do 18º perímetro e o lote 69 do

18º perímetro (distrito de Novo Horizonte) até encontrar o ponto que corta o lageado Belmonte; segue à jusante do lageado Belmonte até a linha divisória dos lotes rurais: lote 56 do 18º perímetro e o lote 55 do 18º perímetro (distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 56 do 18º perímetro e o lote 55 do 18º perímetro (distrito de Novo Horizonte), a linha que corta a sanga 27 de Setembro; segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 10 e 56 do 42º perímetro e dos lotes 9 e 59 do 42º perímetro (distrito de Novo Horizonte), até encontrar o ponto que corta o arroio São Luiz confrontando com o distrito de Novo Horizonte; segue à jusante do arroio São Luiz até o Lago Itaipu (arroio São Luiz) confrontando com o distrito de Porto Mendes; deste ponto segue pelo Lago Itaipu (arroio São Luiz) à jusante até o ponto de embocadura no Lago Itaipu (rio Paraná), ponto de início, confrontando com o distrito de Porto Mendes, ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 9.834 de 05 de dezembro de 1991 e demais disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.06.92

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1992**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Nilton Barbosa.

As quinze horas e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Djalma de Almeida Cesar, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Mirô Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Duílio Genari e Oswaldo Trevisan (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Ofício:

OFÍCIO Nº 942/42

Curitiba, em 09 de junho de 1992.
Senhor Presidente.

No momento em que se adota a sistemática de desvinculação de vencimentos, atendendo princípio constitucional, é imperioso que sejam fixados, também, os novos valores básicos dos cargos de Auditor e Procurador junto ao Tribunal de Contas.

Como já tramita nessa augusta Casa de Leis mensagens fixando novos vencimentos da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros e Procurador Geral deste Tribunal, tomo a liberdade de submeter à consideração dos ilustres Senhores Deputados, o Anteprojeto de Lei anexo.

Certo da compreensão e do pronto atendimento a mais esta justa solicitação, apresento a Vossa Excelência escolhidos cumprimentos.

Cordialmente,

(a) RAFAEL IATAURO
Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 173/92.

Sala das Sessões, em 10.06.92

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 935

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja parcialmente invertida a ordem das votações da pauta de hoje, votando-se preferencialmente o Projeto de Lei nº 393/91

e posteriormente o Projeto de Resolução nº 06/92. O amparo legal é o disposto no "caput" e parágrafo 4º do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 10.06.92

(aa) DOUTOR ROSINHA
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

Apoiamento: Paulo Maia e Albino Corazza.

JUSTIFICATIVA:

As matérias de relevante interesse social, como é o caso da suspensão do pagamento das tarifas de água e luz aos desempregados, têm, sem sombra de dúvida, maior importância do que um projeto de resolução, sobretudo o que está em pauta é meramente individual.

Desta forma, a preferência na ordem de votação é plenamente justificável, pois os projetos de lei onde o interesse é coletivo devem se sobrepor aos projetos de resolução onde o interesse é, indistintamente, individual.

REQUERIMENTO Nº 936

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja a votação do Projeto de Resolução nº 06/92 encaminhada na forma determinada pelos incisos e parágrafos do artigo 167 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 10.06.92

(aa) DOUTOR ROSINHA
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A solicitação de votação nominal baseia-se no fato de se tratar de matéria de grande interesse social, pois aumenta as despesas com o erário público, cuja origem é sempre a mesma: o bolso do contribuinte.

É fundamental que os Deputados mantenham seu direito regimental de expressão de voto, manifestando abertamente seu posicionamento, seja contrário ou favorável, bem como, é um direito da população do Paraná ter conhecimento das posições de seus representantes sobre matéria tão convertida.

REQUERIMENTO Nº 926

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo compromissos partidários, estará em Ponta Grossa no dia 10 do corrente.

Para tanto comunica a ausência em Plenário, e respeitosamente REQUER as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 10.06.92

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER respeitosamente a Vossa Excelência, a sua dispensa do seu comparecimento a Sessão Plenária do dia 11 de junho do ano corrente, ausência justificada por ter sido convidado a participar da comitiva governamental que irá à Cidade de Londrina, em visita de cunho oficial.

Sala das Sessões, em 10.06.92

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO Nº 927

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, Votos de congratulações pela nomeação do Senhor Jorge Kalache Filho, para o alto cargo operacional de Gerente de Saneamento da Caixa Econômica Federal no Estado do Paraná.

O economista Jorge Kalache Filho é paranaense da Cidade de Palmeira.

Desde a década de 70 integrou-se como concursado a Caixa Econômica Federal.

Nessa entidade percorreu todos os cursos de aperfeiçoamento e em atividades especiais foi diretor do Conselho Deliberativo dos Economistas do Paraná e é Conselheiro Fiscal da TELEPAR.

Cidadão de rara competência é possuidor de todas as condições e qualidades que o cargo requer.

O Estado do Paraná e seus municípios estarão bem servidos com a presença do Senhor Jorge Kalache Filho, na direção do equacionamento dos problemas e soluções ligados ao Saneamento.

Requer-se finalmente, que deste voto se dê ciência ao homenageado, em seu local de trabalho, no edifício sede II, da Caixa Econômica Federal, rua Conselheiro Laurindo, nº 280, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.06.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações pela vinda ao Paraná e presença nesta Casa dos Excelentíssimos Senhores Ivã Plúch, vice-Presidente da República e Presidente do Parlamento Ucrâniano, Iúri Stcherbâk, Ministro do Meio Ambiente, Deputados Iúri Kostênko e Vladimir A. Yavorivsky, bem como outros membros da delegação.

Sala das Sessões, em 10.06.92

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Marcílio Marques Moreira, DD. Ministro de Estado da Economia, solicitando que sejam agilizadas as medidas que se fizerem necessárias para a PRORROGAÇÃO DOS VENCIMENTOS DE IMPOSTOS E ENCARGOS FEDERAIS, para os Comerciantes e Industriais atingidos pelas adversidades climáticas ocorridas em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 10.06.92

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a ocorrência de fenômenos climáticos adversos ocorridos em diversas regiões de nosso Estado, ocasionando grandes enchentes e paralisando por completo as atividades produtivas Industriais e Comerciais nos locais atingidos, tendo como consequência, a queda quase que total do Faturamento das Empresas. Faz-se "mister" o atendimento do pleito ora colocado, para que os segmentos que sofreram com as enchentes, possam ter melhores e maiores condições de se recuperarem do trauma ocasionado.

REQUERIMENTO N° 929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento, com a finalidade da reabertura do escritório da CLASPAR, no Município de Mallet.

Consubstanciado na iniciativa do Excelentíssimo Senhor Vereador Renato Zapszalka, o fechamento do referido Escritório, com a consequente falta de um técnico, só tem trazido sérios prejuízos incontornáveis, atingindo assim, o conjunto de pequenos e médios proprietários rurais.

Em face do exposto, aguarda-se um reexame da presente questão, adotando-se medidas cabíveis.

Sala das Sessões, em 10.06.92

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 930

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, no sentido da revisão do processo relativo ao fechamento das Agências localizadas nas Municipalidades de Rio Azul e Teixeira Soares.

Um País eminentemente agrícola, do qual o Paraná é, sem dúvida alguma, um dos maiores produtores rurais, não pode conti-

nuar a prescindir de condições seguras para que tal atividade mereça a justa e necessária atuação.

Infelizmente, as últimas décadas para o setor foram desastrosas, para se dizer o mínimo. Dentre os inúmeros fatores, cabe ressaltar a ausência de recursos para o financiamento do plantio, a ausência de meios de transporte das safras e a ausência de preços de garantidores de rentabilidade.

Os reflexos são por demais conhecidos. Afirmar que o produtor rural está "apenas" descapitalizado é até um situação tida como "boa", em vista da realidade falimentar que a tantos já atingiu. Sem poder ou simplesmente manter os seus equipamentos, sem poder usar novas técnicas, e fundamentalmente reduzido a área de plantio ou vendendo parte dela para pagar juros aviltantes, o agricultor vive na penúria, sem mesmo com alguma perspectiva.

Em meio a tudo isso, como que um tiro de misericórdia, há um outro fator em termos de infra-estrutura que certamente contribui de maneira direta nessa difícil situação. Trata-se do fechamento das Agências do Banco do Brasil nos Municípios de Rio Azul e Teixeira Soares.

Aliás, é importante que se lembre, que esta egrégia Casa, de modo firme e retumbante, protestou com veemência sobre essa posição equivocada da Direção Nacional do Banco do Brasil, no que concerne ao fechamento de várias Agências do Banco do Paraná, bem como das acima aludidas. Notadamente, tal posição, não levou como critério balístico, o potencial econômico e às suas participações no engrandecimento do Paraná e do Brasil.

E por esta razão, que voltamos ao assunto, aliás como a insitência quantas vezes for necessária, para que seja revista tão inadmissível decisão.

Antes de ser um agente econômico, o Banco do Brasil, como aliás preceitua os seus estatutos, deve ser uma Instituição com finalidades sociais. Logo, deve se voltar para esse objetivo, como a agricultura.

Para finalizar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, há um dado interessante que aqui trazemos a público sob a forma de questionamento. No Município de Rio Azul, o Banco do Brasil foi fechado alegando-se que a sua Agência era inviável. Porém, há pouco tempo um dos maiores Bancos privados do Brasil, o Banco Bamerindus, lá se instalou. Como para um Banco era inviável e para o outro se dá exatamente ao contrário?

Isso vem a provar, o quanto está equivocada a direção nacional do Banco do Brasil, quanto ao fechamento das Agências nos Municípios de Rio Azul e Teixeira Soares.

Isto posto, reitera mais uma vez, num menor prazo de tempo possível, seja reexaminado o aludido assunto, e que o resultado desta análise culmine com a reabertura das referidas Agências, reparando-se um grave erro e reestabelecendo-se a justiça, ante àquelas pujantes comunidades.

Sala das Sessões, em 10.06.92

(a) TOTI COLAÇO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - O Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros desempregados que ocupam parte das galerias e companheiros servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que se encontram em greve.

Nós queremos nesse momento registrar a nossa posição de apoio à luta dos trabalhadores e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Esses servidores tiveram acumulada uma perda no valor de 435% de UPC, no período junho de 91 e junho de 92, se estimarmos que a inflação no mês de junho foi de 21%.

Se os companheiros entram em luta para que o Governo do Estado e o Tribunal de Justiça fixem uma política salarial, nós, trabalhadores brasileiros, durante muitos anos, lutamos, fizemos greve, fizemos movimentos para que tivéssemos aumentos de salário. Hoje, nós, trabalhadores, fazemos greve para que se tenha uma política de salário. Fazemos greve para diminuir as perdas salariais. Há anos que em nosso País não vamos à luta, não fazemos greve para que se tenha aumento de salário. Hoje os trabalhadores vão à luta para ter empregos quando o direito ao trabalho já é um direito que temos e é um direito natural.

Hoje, lutamos para não perder o emprego e quando estamos empregados lutamos para manter a mesma renda, lutamos para manter os mesmos direitos. Esses trabalhadores que hoje estão em greve, lutam pela incorporação extraordinária que já foi aprovada por esta Assembleia Legislativa e foi vetada pelo governo Roberto Requião.

Srs. Deputados, se os trabalhadores estão lutando por direitos adquiridos, por direitos legais já votados e aprovados por esta Assembleia Legislativa, lutam, também, esses trabalhadores para que seja mantida a liberação dos dirigentes sindicais que foram punidos ao denunciar parasitas e fantasmas do Tribunal de Justiça.

Nós, em nome do Partido dos Trabalhadores, queremos, desta Tribuna, solicitar ao Presidente do Tribunal - Luiz Renato Pedroso - que receba esses dirigentes e essa Comissão de negociação, que elabore

uma proposta política e uma proposta salarial de atendimento às necessidades dos trabalhadores daquele Tribunal. Que, democraticamente, abra as portas do Tribunal para que seja discutido um Projeto de Lei que possamos votar na Assembleia Legislativa.

Em nome do PT é o que nós fazemos: solicitamos ao Desembargador Luiz Renato Pedroso que se mostre interessado em resolver os problemas daqueles servidores, negociando com as categorias e remetendo a esta Casa um projeto; que se mostre o Executivo e negocie o retorno e a liberação dos dirigentes sindicais. E nós do Partido dos Trabalhadores nos colocamos ao lado dos trabalhadores, empregados que lutam para manter o emprego e a renda e dos trabalhadores desempregados que lutam para ter direito à isenção do pagamento de taxa de água e luz, que lutam para ter direito ao passe livre pelo menos para procurarem emprego pela nossa cidade. Essa é uma das posições da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Esta Presidência tem a satisfação de anunciar em Plenário que se encontra aqui ao lado da presidência o Vice-Presidente da República da Ucrânia, Presidente do Parlamento Superior da República da Ucrânia Ivan Pliútsch. A mesa vai abrir espaço para que Sua Excelência faça a saudação ao Paraná através da Assembleia Legislativa. Com a palavra o nosso ilustre visitante.

O SR. IVAN PLIÜTSCH - (Intérprete) - Ex-mas. Senhoras e Exmos. Senhores e demais presentes.

É uma imensa honra para mim ter a possibilidade de dirigir algumas palavras para Vossa Excelência em nome do Governo da Ucrânia neste Parlamento, nesta Assembleia Legislativa do povo do Paraná.

São poucos meses quase meio ano desde que finalmente aparece no mapa municipal, o País da Ucrânia. Isso devido a declaração da independência.

E nessa oportunidade Sua Excelência dirige a palavra para agradecer aos Excelentíssimos Srs. Deputados pelo apoio dado participando do abaixo assinado que foi promovido pela comunidade ucraina aqui no Paraná solicitando o pronto reconhecimento por parte do Governo do Brasil da independência da Ucrânia.

A Ucrânia já foi reconhecida por mais de 120 países e com mais de 70 países já foram estabelecidas relações em diversos níveis, diplomáticas, consulares, comerciais.

Os processos de democratização que es-

tão em andamento na Ucrânia, eles participam de um processo mundial de democratização, e é importante ressaltar que estes processos, na Ucrânia são feitos de uma forma organizada, sumamente democrática e sumamente de uma forma pacífica e cheia do espírito de tolerância mútua e baseada na paz e na cooperação com todos.

Os brasileiros e naturalmente o Paraná sabe o que significa a democracia, porque já houve também períodos em que seu povo, seus homens públicos tiveram que combater, empenhar-se por ela. E por isso eu sinto que há uma compreensão muito grande para com os processos e com a luta do povo ucraniano nesse sentido, porque os processos são similares e os Senhores podem muito bem entender como eles são difíceis, dolorosos, às vezes, mas são processos que têm que ser conduzidos de uma forma pacífica.

Após a independência a Ucrânia vê-se forçada a encarar a grande e pesada tarefa de construir, organizar o Estado e já muitos elementos fundamentais foram levados a cabo principalmente às fronteiras, que já estão definidas, já foi criado oficialmente o exército, já foi criada a moeda própria, e diversas instituições fundamentais. Mas o processo ainda está em andamento.

A Ucrânia, é membro da Organização das Nações Unidas, ela já participa das organizações de desenvolvimento européias. Assinou todos os acordos de Helsinque, está integrada em todos os sistemas de cooperação mundiais.

É uma tarefa quase que impossível em tão pouco tempo estabelecer relações com todos os países do mundo. Mas já se conseguiu muita coisa e está se procurando trabalhar com certas prioridades, e entre essas prioridades está o Brasil, e naturalmente devido principalmente ao Paraná, onde vive uma numerosa comunidade de origem ucraniana de cidadãos brasileiros, de paranaenses de origem ucraniana que aqui vierem não por vontade talvez própria, ou propriamente não por vontade da Ucrânia que eles de lá saíssem, mas por contingências históricas eles tiveram que procurar novas possibilidades, e vieram para o Brasil, que os acolheu de uma forma muito positiva, aqui estão e eles são inclusive uma das razões de ser o Brasil uma das prioridades para Ucrânia para um relacionamento mais especial.

A Ucrânia, por decisão do seu povo e do seu parlamento, é um País que não quer que haja armas nucleares em seu território, ela é um País que não quer pertencer a quaisquer blocos; quer ser um País neutro, que esteja aberto para cooperação com todos os Países do mundo. É um País que deseja para si e para todos um céu limpo,

um solo despoluído, um ar puro, uma natureza que ofereça todas as condições de uma vida saudável e também que se viva, que o povo possa viver em paz e em tranquilidade.

Muito obrigado pela vossa atenção, desejo-lhe paz, felicidade e todo o bem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com seiscentos e dois mil quilômetros quadrados e uma população de cinquenta e dois milhões de habitantes, a Ucrânia recupera a sua posição como um dos Países mais importantes da Europa.

Os paranaenses de origem ucraniana somam hoje a 1/4 de milhão de pessoas espalhadas por todo o território do Estado, em especial a Região Central.

A Constituição de 1988, vigente no Paraná, concedeu o direito de ensino de idiomas étnicos nas escolas da rede estadual, sob proposição da então Deputada Vera Agibert, de origem Ucraniana, em decorrência nos Municípios de Prudentópolis e Ivaí já é lecionada a língua ucraniana no primeiro grau, 5.ª a 8.ª séries.

Mas a grande identificação da Ucrânia com o Paraná é que ambos possuem as terras mais férteis do mundo e dois povos igualmente laboriosos. Esta identidade geográfica se alia à aproximação natural que hoje celebramos com este encontro fraterno e amigo.

Senhor Vice-Presidente da Ucrânia e Presidente do Parlamento Superior da República da Ucrânia, Ivan Pliútsch, a Assembléia sente-se honrada com a sua presença e com a presença de sua ilustre comitiva e quer dizer a Vossa Excelência e ao povo da Ucrânia que nos sentimos honrados, não só por recebê-los aqui nesta Casa do Povo, no Parlamento Estadual, mas especialmente pela laboriosa colaboração, longa colaboração que o povo de sua terra deu ao Paraná por tantos e tantos anos.

Muito obrigado pela sua presença e de sua ilustre comitiva.

(Palmas).

Suspendo a sessão por cinco minutos para que Sua Excelência e sua comitiva possam cumprimentar, em Plenário os Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores e Senhoras presentes.

Há alguns dias fiz aqui nesta tribuna, um pronunciamento quando havia participado

de um movimento na Capital do Estado onde aproximadamente mais de dois mil desempregados se reuniram na Praça Rui Barbosa.

Após uma assembléia decidiram solicitar audiência com o Prefeito Municipal da Capital do Estado e também com o Governador do Estado, pedindo soluções de que pelo menos amenizassem a crise, os problemas da recessão, a miséria a que foi mergulhado o nosso País por este Governo neoliberal do Presidente Collor que submete à miséria milhões de brasileiros que mesmo querendo trabalhar, mesmo querendo ajudar a progredir e produzir para a Nação e querendo assim o sustento para seus filhos para evitar que se ocorra o que ocorreu em vários Países do mundo, e o que ocorreu há poucos dias no Rio de Janeiro, São Paulo de ter que se obrigarem a saquear mercados para não verem seus filhos morrerem de fome, ou para não verem seus filhos chorando ou pedindo um copo de leite e um pedaço de pão e não ter nada a oferecer. Participamos desse movimento e juntos com a Comissão tivemos uma conversa com o Secretário da Casa Civil do Governo do Paraná ao mesmo tempo o movimento marcou audiência com o Governador, para ver o que o Governo do Estado e também com a Prefeitura de Curitiba se possa fazer para amenizar essas dificuldades dos desempregados do nosso Estado.

O nosso País hoje, está mergulhado numa recessão, são mais de dez milhões de pais de famílias que hoje procuram em todas as cidades do País um emprego para dignamente ganhar o seu sustento, em muitos casos se obrigam a fazer o que centenas de famílias tiveram que fazer no Rio de Janeiro e São Paulo, porque é preferível buscar alimento mesmo que seja assaltando um supermercado do que ver os seus filhos morrer de fome, e a culpa não é dessas pessoas. O desemprego hoje que assola esse País deixa milhares, centenas de famílias, milhões de brasileiros desassossegados porque não têm mais saída para sua sobrevivência, a cada dia aumenta o desemprego, as carteiras assinadas diminuem, as demissões aumentam, cresce a economia informal e as pessoas procuram de qualquer forma a sobrevivência, e para isso contra a morte até os animais lutam, até alguns animais ou quase todos quando vêem seus filhos ameaçados enfrentam até a própria morte em defesa de seus filhos. E assim muitas famílias estão hoje em nosso País, o Governo fala, o Governo prende meia dúzia de desempregados, de miseráveis que procuram comida para seus filhos enquanto deixa solto ladrões de colarinho branco dentro do próprio Governo como Ministros, como grandes administradores do dinheiro público, como membros do segundo escalão do Governo e aí para esses

não tem cadeia, enquanto meia dúzia de miseráveis que procuram a luta contra a sua morte, a luta pela sobrevivência muitas vezes vão parar na cadeia.

É assim que nós estamos vendo o tratamento que esse Governo neoliberal vem fazendo com o povo brasileiro, mergulhando o País na maior recessão da nossa história, jogando o povo na miséria e na fome.

Nós temos hoje na Ordem do Dia um Projeto que tenta amenizar esta situação para os desempregados do Paraná.

Aqui na Ordem do Dia os Senhores Deputados poderão perceber que inclusive o Projeto está falando em isenção das tarifas de água e luz que é uma das reivindicações dos desempregados e do seu movimento ao Governador do Estado, mas não está correto porque o Projeto fala em suspensão do pagamento, o que deveria ser realmente é a isenção porque essas pessoas não têm condições mesmo após um ano conseguindo um emprego ter que pagar essas taxas de água e luz e que o Estado poderá muito bem ressarcí-los, poderá muito bem contribuir para amenizar a miséria que se alastra por mais de cem mil famílias de desempregados no Paraná, o que nós desejamos vê-los aprovados nessa Casa quando se discutir e aprovar, votar a Ordem do Dia no dia de hoje.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ernani Pudell com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A nossa participação nessa tribuna é para reafirmar mais uma vez o nosso protesto com as atitudes do Governo do Estado do Paraná no que se refere à escolha dos diretores das escolas estaduais do nosso Estado.

Sabem os Senhores que o processo de democratização da escola pública no nosso País perdurou e teve uma luta árdua durante muito tempo.

As comunidades envolvidas na Educação durante muito tempo lutaram para que tivessem o mínimo de autonomia pedagógica e autonomia financeira.

Esse esforço pela democratização da gestão dessa importante atividade, desse importante serviço público foi, inclusive, consagrada na Constituição Federal, a mesma constituição que evoluiu na concepção de democracia, onde consagra o princípio de que a liberdade de um povo não deve ser apenas a de escolher os seus representantes, mas também evolui no sentido de consagrar e afirmar o princípio da autogestão da coisa pública.

Cabem aos governantes e legisladores

ter a sensibilidade de perceber quando um determinado setor da nossa sociedade evolui no seu processo organizativo que possibilita que esse setor possa gerir partes ou setores do próprio Estado.

Esse princípio da evolução do processo democrático foi consagrado e reconhecido aqui no Estado do Paraná através de um dispositivo constitucional que permite a escolha e a eleição direta pela própria comunidade envolvida na questão da educação dos seus diretores das escolas públicas. Porém o Governador do Estado do Paraná tem uma visão da democracia muito diferente daquilo que nós podemos definir como progressista.

O Governo do Estado do Paraná havia conseguido uma liminar que sustava os efeitos do dispositivo constitucional que estabelecia as eleições diretas para diretores das escolas públicas. Logo em seguida, o Governador do Estado baixa um decreto regulamentando esta escolha esse decreto é sustado também por ser inconstitucional inclusive por uma das iniciativas do Deputado Paulo Maia e da APP. E, agora, mais uma vez o Governador do Estado, que já perdeu juridicamente essa questão e politicamente encontra-se em uma situação difícil, insiste na tese de novamente indicar os diretores das escolas, baixando uma resolução de nº 1656/92 que revela o espírito e o conteúdo dessa medida quando diz expressamente nas suas considerações que a função e o objetivo da escolha pelo Governo do Estado dos diretores das escolas públicas traz expressamente explícita a afirmativa de que o Governo quer exercer o controle sobre as direções das escolas e quer, através dos diretores das escolas, fidelidade para com a política e seus objetivos educacionais.

É lamentável que o Governador Roberto Requião ande, nesse caso, na contramão da história. O controle ideológico sobre as direções dos estabelecimentos de ensino é lamentável e desaconselhável. Essas comunidades já adquiriram maturidade política, ideológica e administrativa para se autogerir e ao que consta a experiência da democracia na escola pública do Estado do Paraná vinha muito bem.

Se falhas houve, elas são naturais de uma sociedade que por muitos anos foi amordaçada por processos ditatoriais, processos autoritários. E a democracia somente evoluirá pela sua constante prática, permanente, a sua auto-avaliação, a sua auto-crítica. A democracia somente será efetivamente um modelo superior, aperfeiçoado neste País se nós pudermos exercê-la sempre, mesmo com o risco de errar, porque a própria democracia, o único regime que traz consagrado em si mesmo o princípio da renovação, o princípio da mudança. Então,

Curitiba, quarta, em 10.06.92

nós fizemos aqui este apelo ao Governo do Estado do Paraná para que não insista nessa tese e que restaure, definitivamente, a escolha direta e democrática e a autonomia em estabelecimentos de ensino no Estado do Paraná.

Era isto, Senhor Presidente, muito obrigado.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Basílio Zanusso, com a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Pretendo proceder a leitura do Editorial de hoje do Jornal do Estado de São Paulo pela importância que me parece ter e a história vai nos dizer das verdades da verdade ou não, e da veracidade do que afirma o jornalista, parece-me com dados históricos convincentes. O título é "Haja pelo menos uma lei".

(Lê):

HAJA PELO MENOS UMA LEI!

Nos anos 60, o marechal Castelo Branco pretendeu acabar com as atividades do "sindicato do crime" em Alagoas e indicou para a Secretaria da Segurança o general R/1 José Alberto Bittencourt. Na luta que então se moveu contra o "sindicato", seus pistoleiros e mandantes, além daquela contra a plantação e o tráfico de maconha, os policiais federais que foram do Rio de Janeiro para Maceió aprenderam uma amarga lição: "Em Alagoas, todo mundo calça pé 40". Nessa frase se pretendia significar que as diferentes oligarquias que dividiam o poder político na terra dos marechais tinham idêntico comportamento: a lei federal era apenas um ponto de referência, vigorando de fato, na área geográfica de influência política de uma família, a vontade do chefe. Passados 30 anos, as famílias dominantes mudaram de nome, mas as relações de dependência são as mesmas. O advogado de Jefferson Araújo, ligado a Paulo César Farias, resumiu bem as coisas para o delegado da Polícia Federal que desejava tomar o depoimento de seu cliente: "Para o empregado da família, ordem de patrão, nem a política tem poder de desfazer". E não desfaz!

Nas primeiras semanas do governo Collor de Mello, quando o arbítrio avançava, dizíamos que o que de pior poderia acontecer ao Brasil era o advento do fascismo, como alguns afoitos pretendiam crismar a política do governo; era a forma de governar que empurraria goela abaixo do Brasil urbano e modernizado as formas de dominação política de uma sociedade colocada à margem do processo de desenvolvimento ra-

cional do capitalismo moderno. O advogado Paulo Jacintho diz hoje: "Alagoas não estava preparada para ter presidente da República. Tem gente que andou de jatinho pela primeira vez na campanha e quer andar até hoje. Faltou preparo".

Não foi apenas a falta de "preparo" - que se poderia traduzir pelo desconhecimento da magnitude dos problemas do Brasil e as complexidades de seu sistema político - que produziu a crise de hoje. Foi também a ambição, o "amor ao dinheiro, por causa do qual alguns... se enredaram em muitas aflições", como escrevia o Apóstolo dos Gentios. Não serão, no entanto, apenas o despreparo para a grandeza dos problemas e a cobiça que bastarão para explicar o comportamento dos que cuidaram de executar um assalto estrategicamente planejado aos recursos escassos do Estado. A esses dois elementos, que se ligam indissolivelmente ao atraso do sistema político alagoano, há de acrescentar-se um fator "nacional", que foi o que permitiu que o que era tipicamente "estadual", senão "municipal", se transportasse para o subcontinente brasileiro: o desprezo pela opinião pública, que os anos de arbítrio, a inflação e a impunidade generalizada fizeram nascer e crescer robusto entre aqueles que ocupam posições de destaque no sistema político brasileiro. A soma do despreparo, da ambição pelo dinheiro e do menosprezo pelo juízo moral da Nação marcaram esses dois anos que se sucederam à grande esperança, que se viu pouco a pouco frustrada.

O que choca, quando se juntam as diferentes peças acusatórias - coincidentes com os rumores, mas possivelmente frágeis pela ausência da prova que transforma a "circunstância" em "indício" -, é ver que o que caracterizou a conduta dessa "gente que nunca tinha andado de jatinho e quer continuar andando hoje" foi a pressa em realizar as suas coisas e a inexistência, para todos, de limites para sua ação. Da modernidade do Brasil subcontinente, aprenderam facilmente a lição que falava dos paraísos fiscais e das facilidades com que se abrem em certos deles, empresas de fachada, com diretorias de aluguel. O Brasil, para eles, não tinha limites - e não tinha porque o engenho e o poder político, nas Alagoas, só têm os limites que a vontade do chefe de família estabelece. Por isso, não espanta encontrar, nos registros da memória desses dois anos, o rumor do bilhão de dólares como referência à unidade de objetivo. Unidade, não fase final de ação. Bilhão, porque o adversário que se esperava enfrentar nas eleições de 1994 deveria dispor, para sua campanha, de igual importância de US\$ 1 bilhão. O que ultrapasse essa unidade, para os integrantes das novas famílias, seria o excedente

para gastar na consolidação do poder em Alagoas.

O discurso moralizador, e o tom exclusivamente autoritário com que se fazia, inibiu a ação da sociedade. Agora, quando por desavenças familiares, ou porque na distribuição do butim não houve acordo - cena tão comum entre corsários -, tudo vem à furo. A questão que se coloca desde já, é saber se haverá, na infinidade de leis feitas para combater estas ou aquelas formas de assalto à administração pública, uma só que permita que se recupere a fé na Justiça. Se não houver essa lei, o futuro do Brasil será trágico, porque o tecido social acabará por desfazer-se, liquefeito na borra da imoralidade e do triunfo dos amoraes infiltrados no sistema político sobre os que constroem, trabalhando honestamente o que supõem ser um país civilizado que mereça nosso afeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, gostaria de requerer, de imediato, à Mesa, se porventura ultrapassar o meu tempo no limite regimental, pudesse já de imediato, utilizar também o tempo do horário da Liderança com a permissão do nosso Líder.

Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados, Durval Amaral assumiu há poucos instantes a Secretaria de Trabalho e Ação Social. Esta Casa de Leis também pela manhã e há poucos instantes, recebeu a honrosa visita do representante do governo ucraniano aqui no nosso País, porém, eu devo uma vez mais, usando desta tribuna, encaminhar um requerimento ao Presidente, ao Superintendente do Banco do Brasil do nosso País. Eu volto mais uma vez a esta tribuna para reiterar a nossa luta em prol da reabertura das agências do Banco do Brasil no Estado do Paraná. E especialmente nos Municípios de Teixeira Soares e Rio Azul.

Um País como o nosso, eminentemente agrícola, no qual o nosso Estado, o Estado do Paraná é, sem dúvida alguma, até um exemplo, um dos maiores produtores rurais, não pode continuar a prescindir de condições seguras para que tal atividade mereça a justa e necessária atuação.

Infelizmente nos últimos anos o setor da nossa agricultura foram desastrosos, sem dizer que foi o mínimo. Dentre os inúmeros fatores cabe ressaltar, por mais que houvesse esforço do Governo Federal, há ausência de recursos para total financiamento da nossa agricultura, há ausência de meio de transporte das safras e há ausência também de preços garantidores da rentabilidade dos nossos agricultores.

O reflexos são por todos nós por demais conhecidos. Afirmar que o produtor rural está apenas descapitalizado é até uma situação dita como boa. Em vista da realidade de falência, uma realidade falimentar, que já a tantos agricultores atingiu. Sem poder simplesmente manter seus equipamentos, sem poder usar novas técnicas e, fundamentalmente, reduzido a área de plantio e vendendo parte delas para pagar juros aviltantes, o nosso agricultor vive na penúria sem nenhuma perspectiva.

Em meio a tudo isso, como um tiro de misericórdia, há um outro fator em termos de infra-estrutura que, certamente, contribui de maneira direta nesta difícil situação. Contribuiu, não somente contribuiu, trata-se do fechamento das agências do Banco do Brasil em diversos municípios do Estado do Paraná. Fechamento de agências abruptamente, como já falamos em outras oportunidades, procurando até ser uma voz no deserto; mas fazendo nesta tribuna contestação, trazendo a denúncia, o descontentamento. Porque ninguém, município algum que tiveram suas agências fechadas no ano passado podem dizer que estão satisfeitos com o Governo Federal. E não vamos nem falar dos PCs Farias por aí. Mas vamos falar daquilo que sabemos fazer, que o Paraná sabe fazer, que é trabalhar e produzir; mesmo que seja uma voz no deserto nós vamos continuar contestando aqui desta tribuna o fechamento destas agências.

Dentro deste quadro, a nossa contestação, também, uma vez mais, civilmente, com o Município de Rio Azul e o Município de Teixeira Soares. Teixeira Soares, como já é de conhecimento desta Casa, da imprensa, das autoridades competentes do nosso Estado e do nosso País, construíram uma agência modelo há cinco anos atrás. Tive até a felicidade, naquele momento, de estar presente. No centro, na área nobre. Hoje, há mais de um ano e meio fechada, sem sequer dar-se uma satisfação, calando ali, também, a esperança dos agricultores de Teixeira Soares.

Aliás, é importante que se lembre que esta egrégia Casa de nome firme e retumbante, protestou com veemência sobre esta posição equivocada da direção nacional do Banco do Brasil, no que concerne a várias agências, ao fechamento de várias agências do Banco do Brasil em nosso Estado, principalmente as agências de Teixeira Soares e Rio Azul.

Notadamente, tal posição não levou como critério balístico, não analisou absolutamente nada. O potencial econômico e as participações no engrandecimento do Paraná e do nosso País.

E por esta razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que voltamos mais

uma vez à baila, ao assunto, reafirmo que voltarei a esta tribuna tantas vezes quantas forem necessárias. A nossa reivindicação é de cunho relevante e sério. Nós não nos curvaremos diante de tão inadmissível decisão do Governo Federal, principalmente do Banco do Brasil.

O Banco do Brasil, antes de ser um agente econômico, de somar riquezas, o Banco do Brasil, como preceituam os seus estatutos, deve ser uma instituição com finalidades sociais. Não pode visar lucro, porque lá está o dinheiro do povo! O Banco do Brasil tem que ser um fomento de crescimento em nosso País, principalmente da nossa agricultura.

E esta Casa de Leis não pode se calar! Nós não nos calaremos. Porque foi uma afronta contra a nossa agricultura, contra os nossos agricultores, de todo o Estado do Paraná, até para aqueles municípios onde as suas agências não foram fechadas!

Este desafio que o Governo Federal colocou para o Paraná, minha gente, para nós, Parlamentares, que somos do interior, como a maioria daqui é do mato, é do interior do Estado do Paraná, vamos nos somar, denunciar na televisão, no rádio, denunciar aos nossos representantes em Brasília! Eu já fui pessoalmente uma vez lá, implorar de joelhos para que se reabram as agências do Banco do Brasil no Paraná, principalmente as de Teixeira Soares e de Rio Azul!

Sem nada receber. Pedindo o que para nós? Pedindo o que para mim? Não sou empresário. Não sou homem afortunado. Não tenho "rabo preso" com ninguém. Sou um advogado. Um simples advogado do interior. Livre e independente.

Fui lá pedir, humildemente, e que recebemos apenas aquela famosa frase que nós já conhecemos: vamos estudar caso a caso.

Concedo aparte ao Deputado Antônio Annibelli.

O Sr. Antônio Annibelli - Vossa Excelência defende com muita propriedade a reabertura das agências do Banco do Brasil na região sul. Vossa Excelência, juntamente comigo, representa o Município de Rio Azul, quando fomos eleitos pela mesma legenda, o PSDB. Também fiz pronunciamento nesta Casa e apóio Vossa Excelência em gênero, número e grau.

Porém, Deputado Toti Colaço, Vossa Excelência hoje do PMDB tem condições de atender os agricultores, de atender os industriais daquela região, não só de Rio Azul, mas da Região Sul do Paraná através da Carteira de Crédito Agrícola criada com a extinção do BADEP, para que o BANESTADO atenda. E parece-me e não tenho notícias do atendimento do BANESTADO, Banco que eu tenho elogiado, tenho procurado valorizar,

principalmente todos os Deputados desta Casa, mantendo nossas contas no Banco e fazendo com que o Banco do Paraná, um Banco nosso, juntamente com o Bamerindus, para que esse Banco atenda e faça suprir as deficiências do Banco do Brasil.

Sabemos que Vossa Excelência é um dos maiores defensores, e esta Casa tem se pronunciado, mas esperamos que a Bancada Federal ao nosso lado cumpra o dever de defender a nossa Região e não só avalise o PRN, o PFL, os PC Farias, para que tirem do nosso Estado, um Estado eminentemente agrícola e o celeiro deste Brasil o nosso Estado.

Nós precisamos que Vossa Excelência com o seu prestígio junto ao PMDB que é militante, Vossa Excelência faça cumprir enquanto o Banco do Brasil não vem, mas que faça o Banco do Estado do Paraná através da Carteira de Fomento Agrícola, faça com que os nossos companheiros agricultores da Região Sul, a região mais pobre deste Estado, que o Governador José Richa e o Governador Álvaro Dias, puseram novamente no mapa do Brasil, fazendo estradas, escolas, levando energia rural e que o Governador Requião e o PMDB lá retribuam o trabalho da nossa gente do Sul, que somos sulistas e que o Banco do Estado devolva a nossa gente do Sul do Paraná, enquanto o Governo Federal através do Banco do Brasil não resgata o crédito com a nossa gente, que o Banco do Estado faça as vezes do Banco do Brasil.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas também devo informar Vossa Excelência já que Vossa Excelência fez questão de frisar o meu pronunciamento, não havia nem necessidade porque a Casa, a imprensa e o Paraná todo sabe, que eu estou no Partido do PMDB.

O Banco do Estado do Paraná, está esparramado em todos os recantos do nosso Estado. Não está só no Município de Rio Azul e Teixeira Soares, está nos Distritos, nas Prefeituras e o Banco do Estado do Paraná, está exatamente sendo a "porta da esperança" do pequeno empresário, do pequeno industrial que quer começar a sua indústria e que está se valendo hoje da Carteira de Fomento do Banco do Estado do Paraná.

O meu descontentamento, Deputado Antônio Annibelli, a minha revolta é com relação ao fechamento da agência do Banco do Brasil nos Municípios do Paraná, principalmente Rio Azul e Teixeira Soares, porque lá Vossa Excelência que é Deputado há mais de quinze anos e que representa comigo agora, e eu represento a Região, o Governo Federal você não encontra uma tábua lá dentro dele. Você não encontra um prego, uma estrada, uma agência de renda Fe-

deral, absolutamente nada de Rio Azul.

O Governo Federal através de suas arrecadações, Rio Azul só paga ao longo de sua história a exemplo de Teixeira Soares. Não se encontra uma obra que diga que isto aqui é do Governo Federal. Em Rio Azul há setenta anos contribui para o crescimento deste País.

Esta é a minha revolta Deputado Annibelli! E não posso concordar, por exemplo, com o fechamento dessas agências calado, Como Vossa Excelência já se pronunciou diversas vezes, como Vossa Excelência está empenhado. Eu não tenho muita ligação no Congresso Nacional e no Governo Federal para dizer que não tem quase que nada. Mas Vossa Excelência, os demais companheiros, Deputados que têm uma ligação direta, interfirmam, intervenham em favor do Paraná junto com os demais companheiros no Congresso Nacional.

É importante, nós não somos crianças, as coisas fluem com mais facilidade lá em cima com quem está aliado ao Governo Federal. Está aí a história da distribuição dos ônibus aqui no Paraná, está aí tantas outras obras quem está aliado ao Governo Federal, quem tem poder de chegar lá e pedir, reivindicar. Este é o meu pedido. De nada adianta eu como oposição ferrenha, direta! Então me permita, Deputado Annibelli, este pessoal que tem que facilitar as coisas para nós lá em cima.

Mas, Senhor Presidente, eu vou encerrando por aqui. Mas só para concluir, só para deixar mais uma vez registrado aqui.

Em Rio Azul, fechou o Banco do Brasil e o Bamerindus, talvez um dos maiores bancos privados do nosso País foi lá e se instalou exatamente aonde estava a agência do Banco do Brasil.

Você acha companheiro Annibelli, prezados companheiros parlamentares, que o Senador José Eduardo - que é o diretor absoluto do Bamerindus, iria colocar uma agência lá que não desse lucro? Evidentemente que é um município pujante, que tem um potencial muito grande e que vem até suprir, inclusive, a ausência do Banco do Brasil lá no município de Rio Azul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PSB concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No momento em que vemos pronunciamentos dos mais diferentes a respeito da questão que se coloca, hoje, em relação aos desempregados, em relação à greve do Tribunal de Justiça, em relação à eleição de diretores, quando se diz também do fe-

chamento de agências do Banco do Brasil, há que se citar que hoje não podemos deixar de frisar nesta Casa, que o motivo do desemprego, aqui no Paraná, também é o Governo do Estado, que, recentemente, tomou a iniciativa de despedir os vigilantes bancários e substituí-los por policiais militares.

Se hoje passamos de mais de 120 mil desempregados no Estado do Paraná, nós temos a certeza que essa contribuição se soma ao Governo Federal que, como muito bem disse, muito bem adjetivou, com o fechamento abrupto de agências do Banco do Brasil, sem a menor discussão possível, colocou na rua alguns pais de família que estavam empregados a nível de Estado do Paraná. Nós vemos também a prepotência e isso eu volto a frisar, quando, nesse momento, se discute a questão da gestão democrática nas escolas deste Estado. Nós temos na nossa Constituição, no seu artigo 178, inciso 7 que diz: "O ensino será ministrado com base no seguinte princípio, gestão democrática e colegiada das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público Estadual adotando-se o sistema eletivo direto e secreto na escolha dos dirigentes na forma da lei".

Ora, se há erros também, se a lei tem suas imperfeições por que não corrigi-la ao invés de, sorrateiramente acabar dessa forma. E muito bem decidiu o Tribunal de Justiça dizendo que era invasão de competência do Poder Executivo numa decisão que é meramente do Poder Legislativo. Nós servidores públicos deste Estado somos obrigados a cumprir o que estabelece uma liminar judicial como houve ainda no Governo Alvaro Dias com relação ao artigo 34, inciso 18 da Constituição Estadual quando pretendia vetar a transformação de parte da licença especial em espécie. Pedia naquele momento o Excelentíssimo Governador Alvaro Dias a inconstitucionalidade deste artigo por esta Casa. Até hoje e após 1989 os trabalhadores do serviço público com direito a essa licença especial, a partir da promulgação da Constituição Estadual do Paraná tiveram seus direitos cassados. Direitos adquiridos muito antes de vir ao Governo do Estado, o PMDB e obviamente o Governador Alvaro Dias e seus sucessores.

Ora, é uma conquista. Nós não vimos em momento algum pronunciamento no sentido de dar a garantia desses direitos aos trabalhadores que conquistaram o direito constitucional aqui nesta Casa. Isso é lamentável e precisa ficar registrado.

Há erros. Vamos corrigi-los. E no momento em que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná concede por unanimidade, uma liminar insurgi-se o Governador Roberto Requião através da Secretaria de Educação contra essa decisão impondo a escolha

através da resolução, na nossa visão uma imposição, é uma decisão abrupta, vergonhosa que diz respeito de fato o direito à democracia.

Por isso queremos somar-nos à preocupação dos desempregados, à preocupação dos trabalhadores da justiça porque saímos do movimento como estes na conquista de direitos que, hoje, estão sendo roubados no Estado do Paraná.

Nesse momento temos que registrar essa preocupação e, obviamente teremos os interlocutores dentro desta Casa que deverão levar ao Governador Roberto Requião a posição de que ele é Governador do Paraná, pago com o dinheiro público, assim como também somos, e não dono deste Estado. E que o respeito aos poderes respectivos falará muito mais alto do que as imposições antidemocráticas. Esta manifestação que se faz hoje a nível de Tribunal e a nível de desempregados nada mais são do que as consequências, não só de medidas do Governo Federal, mas de medidas do Governo Estadual também e, consequentemente, da política recessiva que se impõe contra o trabalhador do serviço público ou contra o trabalhador de diferentes serviços, deste Estado e desta Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo mais oradores para o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 942/92, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto a este Tribunal.- A Diretora Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Mirô Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 10 do corrente mês, em função de compromissos no Município de Ponta Grossa.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 11 do corrente mês, em virtude de viagem ao Município de Londrina.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/92, de autoria de VÁRIOS SENHORES DE-

PUTADOS, que dispõe sobre o ressarcimento aos Senhores Deputados de despesas com passagens, telefone, correspondência, moradia e combustível. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Arlindo Troian e outros dispõe sobre o ressarcimento aos Senhores Deputados de despesas com passagens, telefone, correspondência, moradia e combustível; recebeu Emenda Modificativa de autoria do Deputado Domingos de Carvalho.

Em análise à presente Emenda, esta Comissão conclui não existir óbices de natureza legal, regimental e constitucional.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO da Emenda que ora é apresentada.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente, solicitando votação nominal do Projeto de Resolução nº 06/92 encaminhada na forma determinada pelos incisos e parágrafos do artigo 167 do Regimento Interno.- Rejeitado.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu creio que é óbvia a iniciativa desta Casa, no tocante a esta decisão, mas, temos que observar neste instante o que estabelece, e nós queremos inclusive registrar esta posição. Acredito até que ela poderia ficar para o final da Discussão, mas não vejo o porquê de ficar, apesar de ter dado apoio para que ela fosse ao final da pauta.

De antemão, quero aproveitar esta oportunidade de registrar a nossa posição a posição da Senhora Deputada Emília Belinati, Senhor Deputado Cezar Silvestri e do Senhor Deputado Albino Corazza, no que diz respeito ao Artigo 160, inciso 3º, deste Regimento:- "Tratando-se de causa própria ou assunto que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa, para efeito de quórum seu voto será considerado em branco." Por isso nós nos consideramos impedidos de votar a matéria.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/91, de autoria dos Deputados ERNANI

PUDELL, Dr. ROSINHA e OVIDIO CONSTANTINO, que dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz aos desempregados. ANEXO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 579/91. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 393/91

P A R E C E R:

De autoria dos ilustres Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz aos desempregados.

Sendo função primordial dos parlamentares a representação da sociedade, esta comissão em análise da referida proposta, conclui tratar-se de medida justa, que consulta plenamente com os interesses da coletividade, adequado o projeto às reivindicações do Movimento de Luta contra o desemprego.

Assim sendo não encontramos óbices de natureza legal, constitucional e regimental que possam impedir a tramitação normal desta proposta.

Isto posto, opinamos FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO desta matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, com apoio aos Senhores Deputados Paulo Maia e Albino Corazza, constante do expediente, solicitando que seja parcialmente invertida a ordem das votações da pauta de hoje, votando-se preferencialmente o Projeto de Lei nº 393/91 e posteriormente o Projeto de Resolução nº 06/92.- Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Como há pessoas interessadas aqui no Projeto de Lei 393/91 e tendo um requerimento, embora não regimental, para a transferência, eu vou submeter a votos o Projeto de Lei 393/91. Substitutivo de Plenário. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. ERNANI PUDELL (Declaração de Voto) - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, hoje, neste momento, deu uma demonstração de elevada sensibilidade social e de elevada responsabilidade com relação a situação do povo do nosso Estado. O Projeto que foi aprovado agora se refere a uma reivindicação das mais importantes pa-

ra os trabalhadores do nosso Estado. Sabem os Senhores que a política econômica do Senhor Presidente Fernando Collor, que busca uma pseudo modernidade da economia brasileira, é na verdade uma implantação da política da lei do mais forte, em nosso País. A recessão tem como objetivo fundamental transferir a renda dos setores mais pobres para os mais ricos da nossa sociedade. Ao estabelecer relações de dificuldades econômicas, em nosso País, especialmente para os pequenos e médios empresários, principalmente para aqueles que hoje atuam no setor da produção de bens de consumo popular, o Governo Collor, na verdade, busca uma nova fase de concentração de capital em nosso País.

E, como subproduto perverso desta política do Governo Federal, nós temos, além da queda real do poder aquisitivo, da classe trabalhadora, em cerca de 50% durante o Governo Collor, temos ainda os maiores índices de desemprego já vistos em nosso País.

E o desempregado, aquele que é colocado nessa situação, de forma involuntária, e que tem apenas a sua força de trabalho para vender, tem sofrido hoje no Brasil uma forma de exclusão dos mais elementares direitos da cidadania do ser humano que jamais se viu em nosso País.

Nós lamentamos que uma Pátria como a nossa, com séculos e séculos de exclusão social e com problemas dos mais graves possíveis, ainda tenha que passar pelo crivo dessa Política do Presidente Fernando Collor.

Então, entendo que neste momento é papel de todos os democratas deste País, de todos os homens públicos que efetivamente têm amor ao nosso povo, que nós adotemos, a nível das nossas respectivas instâncias de poder e naquilo que for de nosso alcance, medidas compensatórias para a política criminosa que o Governo Collor tem lançado sobre o povo trabalhador.

Nesse sentido, hoje eu quero louvar aqui a atitude deste Parlamento, que num gesto de sensibilidade e grandeza aprovou um projeto que permite aos trabalhadores desempregados e aqueles que não dispõem de renda mínima, para a sua sobrevivência, que eles possam requerer a suspensão dos pagamentos das tarifas de água e luz por um período de seis meses, prorrogado até doze meses, dentro de um período máximo de trinta e seis meses. Essa medida foi muito importante e resultou no substitutivo que foi aprovado, inclusive esse substitutivo foi discutido a nível da Companhia de Saneamento do Paraná e também da Companhia de Energia Elétrica; e no nosso entendimento torna exequível a aplicação desse projeto porque não se trata de isenção; esta possivelmente inconstitucional, mas

se trata de uma forma criativa, onde nós podemos adotar a suspensão do pagamento dessas tarifas para as pessoas que não dispõem de renda, e essas tarifas serão cobradas "a posteriori", abrindo-se ainda aos desempregados duas opções: Uma de pagar as tarifas acumuladas em seis meses, acrescidas da atualização monetária, ou então pagá-la em três meses sem que houvesse correção monetária.

Nós sabemos com isso, que não estamos comprometendo a arrecadação financeira, a receita das duas companhias públicas do Estado do Paraná, que prestam esse serviço, ao mesmo tempo em que nós estamos abrindo condições para que esse importante gasto, para que esses importantes serviços, inclusive de água, que hoje é uma questão de saúde pública, se assegure o fornecimento à população carente e sem que o fornecimento desse serviço implique na necessidade da população em suprimir o gasto com outros gastos do orçamento doméstico, que são essenciais.

Concedo um aparte agora ao ilustre colega Nilton Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encaminhamento de votação não é permitido aparte.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu me inscrevo Senhor Presidente para justificar a votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço então Senhor Presidente a sua deferência especial, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Justificação de voto, Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - (Para Justificar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, inicialmente quero agradecer ao companheiro Ernani Pudell por nos conceder o aparte, mesmo não sabendo também que em justificativa de voto não pudesse ser apartado.

Mas a nossa participação na discussão do Projeto 393 é para dizer da satisfação que tivemos quando fomos designados pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Erondy Silvério, para relatarmos o referido projeto de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino.

Dado à sua relevância, não poderíamos deixar de dizer do nosso relato e da aprovação unânime da Comissão de Constituição e Justiça, bem como já foi demonstrado aqui em Plenário também a sua aprovação unânime.

Mas gostaria de ler o nosso parecer.
Parecer à Emenda nº 393/91.
...(LÊ).

EMENDA Nº 393/91

PARECER:

De autoria dos ilustres Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz aos desempregados.

Sendo função primordial dos parlamentares a representação da sociedade, esta comissão em análise da referida proposta, conclui tratar-se de medida justa, que consulta plenamente com os interesses da coletividade, adequando o projeto às reivindicações do Movimento de Luta contra o desemprego.

Assim sendo, não encontramos óbices de natureza legal, constitucional e regimental que possam impedir a tramitação normal desta proposta.

Isto posto, opinamos FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO desta medida.

Gostaria de concluir dizendo que acompanhamos o trabalho feito pelos companheiros da bancada PT, acompanhamos também o trabalho feito nesta Casa por Parlamentares de todos os partidos e existe nesta tarde, por parte de todos os Parlamentares, independente da sigla partidária e de ideologia política, a preocupação com o desemprego.

Esperamos que num espaço de tempo bem curto possam os nossos irmãos voltar aos seus trabalhos para dar sustento melhor às famílias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento de votação nominal. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. **Rejeitado**

Em votação o projeto. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda de Plenário, conservem-se como estão.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar. 06/92?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 06.92.

O SR. ERNANI PUDELL - Então vou encaminhar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Meu encaminhamento deste Projeto eu gostaria que os ilustres Deputados ouvissem atentamente, decorreu de um estudo feito cuidadosamente, debrucei-me sobre a matéria, atentamente o parecer encomendado pela União Parlamentar Inter-estadual ao ilustre Jurista Saulo Ramos, e que se refere à análise da emenda constitucional nº 1 de 31 de março deste ano, que fixou o

limite da remuneração dos Deputados Estaduais de todo o Brasil a 75% do que percebem em espécie, em numerário, os Deputados Federais.

A primeira questão fundamental que é preciso ter em mente sobre esta emenda aprovada recentemente pelo Congresso Nacional, é que ela é uma emenda de efeito restritivo, ela não cria direito algum, apenas cria um teto, um limite, uma restrição na remuneração dos Deputados Estaduais em todo o Brasil.

Dito isto, vamos para a parte que mais nos interessa na análise desta matéria que é a hipótese em que a remuneração dos Deputados Estaduais, como no caso do Estado do Paraná esteja fixada abaixo desse limite, qual a situação jurídica que nós encontramos quando a remuneração dos Deputados Estaduais está fixada abaixo desse limite?

Diz aqui expressamente que, a expressa declaração do Artigo 3º resvalou o passado ao dizer: "que a vigência começa no dia da publicação, a partir daí os pagamentos devem ser reduzidos nas hipóteses que os Deputados ganhem, vejam bem Senhores - acima do máximo estabelecido pela emenda, nos casos em que os Deputados ganhem abaixo nada deve ser feito nessa legislatura, visto que o ato respectivo perdura pelo fenômeno da recepção em direito constitucional das normas que com ele se harmonizem.

Então vejam bem Senhores Deputados, no momento até recentemente nós estávamos percebendo 75% em espécie do que recebiam os Deputados Federais nós estávamos enquadrados dentro da emenda e não havia nenhum dispositivo sendo ferido, porque o 75% em espécie que nós recebemos correspondente aos Deputados Federais está aquém dos dois terços fixados pela Constituição do Estado do Paraná.

Agora o que é mais importante, em se aprovando esse Projeto automaticamente pela redação que é dada a remuneração dos Deputados Estaduais do Paraná ao se computar outros gastos com despesas poderá chegar a 75% do que percebem os Deputados Federais, daí nós incorremos na inconstitucionalidade, porque a Lei é muito clara; o Artigo 27, Parágrafo 3º da Constituição Federal diz que compete às Assembléias Legislativas dispor sobre seu Regimento Interno, perdão, Parágrafo 2º: "a remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada Legislatura para a subsequente". Então no momento que nós aprovamos esse dispositivo, nós estaríamos modificando a remuneração que foi fixada no Artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná que fixou o limite da nossa remuneração em dois terços a que percebem os Deputados Federais e nós estaríamos aqui incorrendo em duas

inconstitucionalidades, a primeira, ferindo o princípio de que o Poder Legislativo fixa a remuneração dos Deputados mas só com valor para subsequente, nós estaríamos ferindo esse dispositivo e estaríamos elevando o teto máximo estabelecido pela Constituição Estadual.

Então nesse sentido, o correto neste momento é para todos os Srs. Deputados, no meu entendimento, darem-se por impedidos nessa matéria, porque com esse projeto, com a redação pela forma que está, fere expressamente dois dispositivos constitucionais.

Então, quero fazer um apelo aos Srs. Deputados, se o projeto estivesse regulamentando dentro dos dois terços obedecendo o limite de 75% em espécie, não haveria óbice constitucional à matéria, poderíamos discutir a questão ética, outros pontos de vista políticos, mas da forma como está sendo feito esse projeto hoje é absolutamente inconstitucional.

Então, faltou atenção do autor do projeto quando elaborado, e eu peço aos Srs. Deputados a sensibilidade de darem-se por impedidos de votar essa matéria, porque não podemos legislar para essa legislatura em relação à remuneração, e não podemos alterar essa redação que é dada que terá que ser modificada na Constituição do Estado do Paraná, terá que ser modificado o dispositivo constitucional e mesmo assim somente com validade para a próxima legislatura.

Então, é o apelo que quero fazer aqui em nome da Bancada do PT já, inclusive, declina o direito do voto, dá-se por impedida na votação dessa matéria, e eu agradeço a atenção do ilustre Presidente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. - Aprovado.

O SR. ARLINDO TROIAN (Pela Ordem) - Eu pediria a Vossa Excelência que constasse nos Anais desta Casa quanto ao Projeto de Resolução nº 06/92, o meu voto contrário.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de registrar os votos dos Deputados Dr. Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, contrários a tal projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, conforme fizemos declaração anterior à votação do projeto, há impedimento legal e como tal não deve ser aprovado por esta Casa.

Quero também registrar os votos con-

trários dos Deputados que citamos: Emília Belinati, Cezar Silvestri e também o Deputado que vos fala.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/92, de autoria do Deputado OSWALDO TREVISAN, que concede o título de Cidadã Honorária do Paraná a Sra. Gilda Poli Rocha Loures. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO O SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. - **Aprovado o Substitutivo Geral.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Eu gostaria de registrar os votos contrários da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO VIDA NATURAL, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 60, de 14.05.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 133/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 133/92, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, declara de Utilidade Pública o Instituto Vida Natural.

Sob os aspectos meramente formais, o projeto de lei em análise não apresenta óbices legais à sua normal tramitação nesta Assembléia Legislativa estando apto a ser apreciado.

Salvo melhor juízo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DO ROTARY CLUBE DE UNIÃO DA VITÓRIA - PORTO UNIÃO, com sede e foro no Município de União da Vitória. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 62, de 18.05.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 137/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 137/92, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a

Associação de Senhoras de Rotarianos do Rotary Clube de União da Vitória, com sede e foro no Município de União da Vitória.

Constatamos que o projeto em tela encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando de pleno acordo com a legislação vigente, inexistindo qualquer óbice, tanto de caráter legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima expostas, a justificativa do autor nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/92, de autoria do Deputado DURVAL AMARAL, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de Floraí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 62, de 18.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 138/92

P A R E C E R:

O ilustre parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Floraí, com sede na cidade de Floraí e foro na comarca de Nova Esperança.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, este relator não encontrou óbice constitucional, legal ou regimental, pelo que opinamos pela tramitação normal do presente, nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Sessões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

OSWALDO TREVISAN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAFELÂNDIA, com sede e foro no município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 68 de 21.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 146/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafelândia, com sede e foro em Cafelândia.

O projeto está elaborado em conformidade com as regras contidas no Regimento Interno desta Casa, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, atende as especificações contidas na Lei nº 6994, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

Por estas razões, opinamos favoravelmente pela aprovação do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/92, de autoria do Deputado ALGACI TÓLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIDOS DA VILA GUAÍRA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 70, de 26.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 151/92

P A R E C E R:

Ao analisarmos o Projeto de Lei nº 151/92, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Unidos da Vila Guaíra, com sede e foro nesta Capital, cumpre-nos relatar que o projeto de lei em tela está de acordo com os requisitos contidos na Lei nº 6994.

Neste sentido, não há obstáculo quanto a sua tramitação normal nesta Comissão.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

O SR. PAULO MAIA (*Pela Ordem*) - Apesar de ter sido pego de surpresa no projeto, apesar de já ter votado, eu quero registrar o meu voto contrário ao projeto do nobre Deputado Oswaldo Trevisan, que concede o título de Cidadã Honorária do Paraná a Sra. Gilda Poli Rocha Loures. Não pelo fato da professora que é, mas pela Secretária e emissária do Governo que foi.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a Mesa, requerimento de nº 934, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 931, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nºs 930,929, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 928, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 927, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 921, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nºs 006/92 e do Projeto de Lei nº 393/91.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 133/92, 137/92, 138/92, 146/92 e 151/92.

Marca ainda, para logo após o término da Sessão Ordinária, uma Sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA das Proposições nºs 033/92, 035/92, 036/92, 037/92, 038/92 e 039/92.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA; FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS ERNANI PUDELL, DOUTOR ROSINHA E OVIDIO CONSTANTINO, EM SESSÃO DO DIA 10 DE JUNHO DE 1992.

O Partido dos Trabalhadores e a Rio-92.

1. A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que se realiza no Rio de Janeiro com a presença de mais

de uma centena de chefes de Estado e de governo, de centenas de ministros, parlamentares, cientistas e técnicos, e os eventos paralelos que estão ocorrendo no Foro Global, constituem-se em um momento privilegiado de reflexão e tomada de decisões que incidirão sobre o futuro da humanidade.

Ao mesmo tempo em que espera que as delegações oficiais estejam à altura de suas responsabilidades históricas, o PARTIDO DOS TRABALHADORES saúda os milhares de militantes ecologistas de todo o mundo que ocorreram ao Brasil para, nas discussões paralelas, debater problemas cruciais de nosso planeta, definir alternativas em escala internacional e influir sobre a decisões da conferência oficial.

Por reconhecer os limites da reunião oficial, o PT confere enorme importância ao Foro, como expressão de uma vontade democrática que se expressa em escala internacional, para imprimir novos rumos do debate e às políticas de desenvolvimento econômico e social da humanidade.

A articulação que hoje está ocorrendo no Rio de Janeiro deve ser o ponto de partida para um grande movimento ecologista em escala planetária capaz de propor novas e consistentes alternativas para o desenvolvimento humano.

2. A Rio-92 se realiza em condições internacionais bastante distintas daquelas existentes em 1987, quando de sua convocação. Não só se produziram radicais transformações geopolíticas no mundo, com o fim dos regimes do "socialismo real" no leste europeu e a desintegração da URSS, como se aprofundou a distância entre o "Norte" e o "Sul" do Planeta.

Junto com a reconfiguração econômica do mundo - expressa na consolidação de novos blocos econômicos assiste-se à tentativa dos Estados Unidos, sobretudo depois da guerra do Golfo, de afirmarem-se com uma única potência político-militar, a despeito das dificuldades econômicas e sociais que enfrentam. Consequências disto é a política dos EUA de bloqueio a Cuba e a persistência da ocupação do Panamá.

A maior parte da América Latina, a totalidade da África e partes significativas da Ásia enfrentam hoje uma grave crise econômica e social. Esta crise atinge, ainda que com uma intensidade menor, aos países do Norte, onde cresce o desemprego, os fenômenos de pauperização e marginalização dramaticamente evidenciados pelos recentes acontecimentos de Los Angeles.

As políticas neoliberais, que orientam a ação das grandes potências em suas relações com o Sul, têm sido responsáveis por recessões agudas, precipitando alguns países, que haviam experimentado um conside-

rável desenvolvimento no passado, em processos de desindustrialização.

Toda esta situação deixa atrás de si um rastro de miséria social sem precedentes.

Ao mesmo tempo em que preserva seus produtos com medidas abertas ou disfarçadas de protecionismo, o Norte impõe ao Sul o livre-comércio, usa de sua situação de monopólio para degradar os termos de intercâmbio e tenta confiná-lo a um lugar subalterno na divisão internacional do trabalho. Para tanto, nega-se a transferir tecnologia, e procura, através de uma política acelerada de privatizações, diminuir a capacidade do Estado de atuar como elemento regulador do desenvolvimento econômico e social, que passaria ser de agora em diante o resultado do funcionamento das "leis do mercado".

A tentativa de construção desta "nova ordem mundial" se faz com o sacrifício crescente do direito à autodeterminação dos povos e da soberania nacional, princípios que nada têm a ver com manifestações passadas e presentes de nacionalismo ou mesmo de xenofobia. Faz-se, sobretudo, com crescentes sacrifícios impostos às classes trabalhadoras, que vêem suas condições de vida se degradar e suas poucas conquistas serem ameaçadas. Implica em crescentes ataques à democracia política, como demonstram os acontecimentos recentes da Venezuela e do Peru.

Mas é importante afirmar que estas políticas não são o resultado de meras imposições "de fora", são se viabilizando em razão do apoio ativo das elites locais.

Articulando este conjunto de dificuldades que afetam o Sul e particularmente a América Latina, está o problema da DÍVIDA EXTERNA que sufoca nossas economias, impedindo qualquer programa consistente de retomada do desenvolvimento.

Sem estas considerações sobre a situação econômica e política do mundo não se pode realizar qualquer discussão consistente sobre os problemas do meio-ambiente.

3. A degradação ambiental que hoje ameaça o planeta é a expressão dos valores de uma sociedade que mercantiliza as relações entre homens e mulheres, produzindo a injustiça social e a destruição do patrimônio natural e histórico.

Vivemos em sociedades em que a noção de progresso se reduz ao aumento do PIB, em que dominam concepções etnocêntricas que desrespeitam outros povos e culturas, em que se nega às mulheres a cidadania reduzindo-se a funções reprodutoras e, com isso, submetendo-as a políticas de controle de natalidade, particularmente a esterilização.

Estamos diante de grandes desafios: qualquer transformação econômica, social e

política, passa igualmente por uma revolução cultural e ética, que aponte para uma sociedade mais justa, solidária, ecologicamente responsável e radicalmente democrática.

A crise ambiental que vive hoje a humanidade, e que ameaça seu futuro, é o resultado de concepções economicistas e produtivistas de desenvolvimento compartilhadas tanto pelo capitalismo como pelo socialismo estatista-burocrático.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES desde sua fundação se insurgiu contra estes valores, construindo sua concepção anticapitalista a partir de uma perspectiva eco-socialista.

4. O Governo Collor tenta utilizar a Rio-92 e o crescente interesse que as questões ecológicas despertam na população para afirmar seus propósitos subalternos.

O fato dos problemas ambientais serem internacionais não exime o governo de propor um projeto de desenvolvimento nacional soberano e democraticamente construído, que incorpore a dimensão ambiental.

Não basta a criação de reservas indígenas, de reservas extrativistas e de unidades de conservação se não houver uma política de democratização de propriedade da terra - uma autêntica reforma agrária - e políticas públicas que apoiem efetivamente as populações tradicionais dessas áreas. A política neoliberal de livre-comércio, que servilmente o governo Collor vem adotando, é, para só citar um exemplo, um duro golpe para os produtores de borracha da Amazônia que são obrigados a abandonar seu habitat para sobreviver.

De nada adianta o governo encher a boca com expressões como "desenvolvimento sustentável", se as populações da Amazônia e de outras regiões do país continuam desassistidas em áreas onde sua relação com o meio ambiente as coloca em risco permanente.

Não há possibilidade de qualquer tipo de desenvolvimento se, para pagar a dívida externa e obedecer as imposições de ajuste econômico feitas pelos organismos internacionais, o governo desestrutura os programas de habitação e saneamento, inviabiliza os serviços públicos, particularmente os de fiscalização ambiental. A tudo isso se soma o fato das políticas ... do atual governo aparecerem frequentemente associadas a escândalos de corrupção, como se desprende das denúncias relacionadas com a preparação da Rio-92, ou da complacência de funcionários de organismos do governo para com os grupos madeireiros.

De nada adianta a retórica ambientalista do governo ou o marketing ecológico dos empresários, se a população trabalhadora vive nas fábricas e nos campos o inferno produzido pela poluição industrial e

pelos agrotóxicos ou é submetida ao consumo forçado de milhares de toneladas de produtos prejudiciais à saúde, lançados na atmosfera, nas águas e no solo, sem que sobre essas ações se exerça o controle democrático da sociedade.

5. O governo brasileiro não pode ser conivente com a arrogância de alguns países, -especialmente os Estados Unidos- que se recusam a assumir suas responsabilidades como principais agentes da degradação da camada de ozônio, ao não admitirem impor a seus empresários as necessárias reconversões de suas indústrias e produtos em conformidade com exigências ecológicas elementares.

O governo brasileiro não pode ser conivente também com as tentativas de postergar os acordos e tratados relacionados com materiais genéticos biodiversidade e florestas. A tática das grandes potências é a de esvaziar o debate destes temas agora, quando os olhos do mundo se voltam para o Rio e a pressão dos ecologistas se faz mais forte, para tentar soluções mornas e inócuas em tratados a serem assinados mais tarde.

6. Nós brasileiros, que convivemos com ecossistemas tropicais e com populações e culturas que souberam respeitar o processo de exuberante variedade genética, devemos ser hoje capazes de reivindicar para nosso país e para todos aqueles do Sul os recursos e as tecnologias necessárias para viabilizar um novo modelo de desenvolvimento que articule a justiça social com a convivência harmoniosa com a natureza.

Cabe neste particular denunciar energeticamente a atitude de grandes potências que se negam a conceder recursos adicionais para que se possa implementar em escala internacional uma autêntica política de preservação ambiental.

Mas a transferência de tecnologia e sua apropriação não pode ser obra da ação centralizadora de grupos de tecnocratas, devendo estar sujeita aos mecanismos de controle social. Os imperativos de um desenvolvimento ecologicamente harmônico colocam na ordem do dia o aprofundamento da democracia, com a multiplicação do controle social do Estado.

7. Não podemos ceder às pressões de trocar a dívida externa por concessões em matéria ecológica, que aumente mais ainda a capacidade de intervenção estrangeira no país a partir de propostas de "monitoramento" unilateral de nosso desenvolvimento. A dívida é a expressão da "velha ordem internacional", cuja caducidade é cada dia mais visível.

Uma das alternativas que permite associar a crucial questão da dívida externa à da preservação ambiental é a de transformar os atuais débitos dos países do Sul em

um fundo de desenvolvimento econômico, social e tecnológico no qual a preservação ambiental seja um item fundamental. Este fundo deverá ser administrado pelos países em desenvolvimento, garantidos mecanismos de controle social de seu uso. Sem enfrentar esta questão decisiva de quem e como se financiam os custosos projetos de preservação ambiental, qualquer decisão que venha a ser adotada a respeito não passará de retórica estéril.

Não podemos, igualmente, aceitar os planos de controle de natalidade - cuja face mais cruel é a esterilização clandestina de grande parte de nossas mulheres, sobretudo da população pobre e negra - sob o argumento de que não há meios para alimentá-la.

A realização de um programa de transformações econômicas, políticas e sociais em nosso país e na imensa maioria dos países do Sul mostrará a existência de um enorme potencial capaz de resolver os problemas da fome e do subdesenvolvimento.

8. O PARTIDO DOS TRABALHADORES tem uma tradição de luta em defesa dos valores de uma transformação social e política radicais que incorpora a dimensão ecológica como um aspecto essencial.

Esta tem sido sua conduta nas lutas sociais nestes 13 anos de sua existência. Esta tem sido uma dimensão fundamental da ação de seus parlamentares. Esta tem sido uma preocupação constante de todas as administrações à frente das quais se encontram nossos militantes.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES é um partido SOCIALISTA e ECOLOGISTA que tem dentre seus filiados milhares de ativistas das lutas pela preservação do meio ambiente e que tem o privilégio e a honra de haver tido dentre seus militantes e dirigentes aquele que é o símbolo desta nova articulação política e cujo exemplo ilumina nos debates da Rio-92; nosso companheiro CHICO MENDES.

9. O PARTIDO DOS TRABALHADORES considera que os debates da Rio-92, especialmente os do Foro Paralelo podem constituir-se em um momento decisivo de fortalecimento de uma consciência universal em prol de um novo modelo de desenvolvimento para a humanidade.

A intervenção de expressivos setores da sociedade civil de dezenas de países, a presença de milhares de ONGs, são sinais evidentes de que está criado um movimento internacional de cidadania que tem como objetivo fundamental a preservação do futuro da humanidade.

Não podemos compactuar com políticas governamentais ou com a complacência de governos em relação àqueles que arrasam o solo do planeta, que poluem a atmosfera alterando drasticamente as condições de

vida de bilhões de pessoas, que comprometem os cada vez mais escassos recursos de água.

O desafio colocado a todos os ecologistas e autênticos socialistas não é simplesmente o de formular uma política de preservação - tarefa por si só enorme - mas o de sentar as bases para um novo modelo de desenvolvimento econômico que altere radicalmente as atuais estruturas de produção e que seja capaz de compatibilizar crescimento, justiça social e proteção ambiental.

Este novo modelo exige uma radical transformação da política mundial, uma autêntica democratização dos organismos internacionais - a ONU em primeiro lugar - com o fim das tutelas que exercem sobre a humanidade o FMI, Banco Mundial, G7 e organismos congêneres.

É de fundamental importância perseguir uma política de paz, de desarmamento e desmilitarização do mundo, o que só pode ser obtido por uma intervenção crescente de homens e mulheres nas lutas cotidianas.

Esta presença de milhares de ecologistas do mundo inteiro no Rio de Janeiro deve ser entendido como o alvissareiro sinal de que uma nova era está se desenhando na qual cidadãos e cidadãos do mundo tomam o destino e o futuro deste em suas mãos em defesa daquela espécie que no sul do mundo é a mais ameaçada: o ser humano.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA

Presidente do Partido dos Trabalhadores.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Lourenço Fregonese apresentou redação final aos seguintes projetos de lei: Projeto de Lei nº 158/91, Projeto de Lei nº 386/91, Projeto de Lei nº 465/91, Projeto de Lei nº 511/91 e Projeto de Lei nº 525/91, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que

produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ELISA SOTOMAIOR MARUSKA - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 510/91 e 529/91, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ELISA SOTOMAIOR MARUSKA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan, Hermas Brandão, Emilia Belinati, Antônio Costenaro Neto, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Paulo Maia, Nilton Barbosa, Toti Colaço, Ovídio Constantino e João Iensen. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 149/92 de autoria do Deputado Cleiton Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 138/92 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 127/92 de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão. APROVADO; 4) Projeto de Resolução nº 07/92 de autoria da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão. APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 59/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. A Deputada Emilia Belinati requer que aguarde o mesmo nesta Comissão, até

que se complete um ano de personalidade jurídica - DEFERIDO; 6) Projeto de Lei nº 136/92 oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto. APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 122/92 oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Luiz Carlos Martins. APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 69/92 oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 05/92 oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO; 10) Projeto de Resolução nº 06/92, de autoria do Deputado Arlindo Troian e outros. Parecer FAVORAVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO, com voto contrário do Deputado Ovídio Constantino. 11) Projeto de Lei nº 147/91, de autoria do Deputado Cleiton Crisóstomo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Paulo Maia. APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 133/92, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORAVEL do Deputado Paulo Maia. APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 124/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORAVEL do Deputado Paulo Maia. APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 132/92, de autoria do Deputado Cleiton Crisóstomo. O Deputado Relator, Nilton Barbosa, requer diligência - DEFERIDO. 15) Projeto de Lei nº 141/92, oriundo do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano; 16) Projeto de Lei nº 151/92, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORAVEL do Deputado Toti Colaço. APROVADO. 17) Projeto de Lei nº 137/92, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORAVEL do Deputado João Iensen. APROVADO. 18) Projeto de Lei nº 146/92, de autoria do Deputado Dobrandino Silva. Parecer FAVORAVEL do Deputado Plauto Guimarães. APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 122/92, de autoria do Deputado Cleiton Crisóstomo. O Deputado Relator, Ovídio Constantino, requer diligência - DEFERIDO. O Projeto de Lei nº 05/92 (item 9) tem voto contrário dos Deputados Colombino Grassano, Hermas Brandão e Emilia Belinati. Retificando a ata da 8ª Reunião Ordinária, no item 14, é Projeto de Lei nº 56/91 de não 56/92. Nada mais havendo aa tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ANA LOCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembleia Legislativa, a Comissão de

Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan, Toti Colaço, Paulo Maia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Emilia Belinati, Hermas Brandão, Antônio Costenaro Neto, Durval Amaral e Lourenço Fregonese. Aprovada a ata da sessão anterior, após discussão e votação, Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 156/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 2) Proposição Veto nº 51/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 121/92, oriundo do Poder Executivo. REJEITADO o parecer contrário à Emenda do Deputado Oswaldo Trevisan. Será designado novo Relator; 4) Projeto de Lei nº 592/91, oriundo do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Paulo Maia; 5) Projeto de Lei nº 165/92 oriundo da Procuradoria Geral da Justiça do Estado. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano; O Senhor Presidente faz uso da palavra para relatar a solicitação feita pela Associação dos Assessores Jurídicos; INDEFERIDO. 6) Projeto de Lei nº 148/92 de autoria do Deputado Plauto Guimarães. O Deputado Relator, Durval Amaral, requer diligência - DEFERIDO; 7) Proposição Veto nº 54/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 52/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. O Deputado Relator, requer diligência - DEFERIDO (Deputado Durval Amaral é Relator do presente Projeto); 9) Projeto de Lei nº 162/92 oriundo do Tribunal de Justiça. Concedido vistas aos Deputados Paulo Maia e Ovídio Constantino; 10) Projeto de Lei nº 161/92 oriundo do Tribunal de Justiça. Concedido vistas aos Deputados Paulo Maia e Ovídio Constantino; 11) Projeto de Lei nº 160/92 oriundo do Poder Judiciário. Parecer FAVORAVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 155/92 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORAVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 13) Proposição Veto 49/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 141/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 157/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORAVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 393/91 de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino. Parecer FAVORAVEL à Emenda, do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 150/92 de autoria do Deputado Dalton Machuca. Pa-

recer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 18) Projeto de Resolução nº 06/92 de autoria do Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado João Iensen - APROVADO com voto contrário do Deputado Ovídio Constantino; 19) Proposição Veto nº 53/92, oriundo do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 563/91 de autoria do Deputado Dalton Machuca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 159/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 104/92 de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 22) Proposição Veto nº 50/92 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; O Senhor Deputado Durval Amaral faz uso da palavra para comunicar que estará deixando esta Comissão, pois assumirá amanhã a Secretaria de Estado do Trabalho. O Senhor Presidente diz

que a Comissão irá sentir sua falta, pois perderá um Membro tão valioso. O Deputado Colombino Grassano também parabeniza, estendendo as palavras do Deputado Erondy Silvério, e faz um apelo ao Senhor Presidente para que revise sua posição com relação às Associações de Classe quanto aos Projetos de seu interesse, pois solicitaram um pequeno espaço para manifestar seu ponto de vista. A Deputada Emilia Belinati cumprimenta o Deputado Durval Amaral e deseja sucesso nessa nova tarefa. O Deputado Luiz Carlos Martins diz que os Senhores Deputados devem ter mais atenção às votações de Regime de Urgência, no Plenário, pois atrapalha os trabalhos nesta Comissão. No item 18 desta ata, Projeto de Resolução nº 06/92, a Senhora Deputada Emilia Belinati manifestou seu voto contrário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos desta Reunião.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente;
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária.